



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PROMOCIONAIS E DE DIVULGAÇÃO EM
FORMATO OUTDOOR**

PROC. 13/2025_CMA

Consulta Prévia

CADERNO DE ENCARGOS



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 1.ª (Objeto)	4
CLÁUSULA 2.ª (Contrato).....	4
CLÁUSULA 3.ª (Duração)	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	5
CLÁUSULA 4.ª (Principais obrigações do prestador de serviços)	5
Cláusula 5.ª (Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato)	6
CLÁUSULA 6.ª (Patentes, licenças e marcas registadas)	7
CLÁUSULA 7.ª (Dever de informação).....	7
CLÁUSULA 8.ª (Objeto do dever de sigilo)	8
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER.....	8
CLÁUSULA 9.ª (Principais obrigações do município de Alenquer)	8
CLÁUSULA 10.ª (Preço base).....	9
CLÁUSULA 11.ª (Preço contratual).....	9
CLÁUSULA 12.ª (Condições de pagamento)	9
CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	10
CLÁUSULA 13.ª (Sanções contratuais)	10
CLÁUSULA 14.ª (Força maior)	10
CLÁUSULA 15.ª (Resolução do contrato)	12
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	13
CLÁUSULA 18.ª (Foro competente)	13
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	14



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

CLÁUSULA 19.^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)	14
CLÁUSULA 20.^a (Comunicações e notificações)	15
CLÁUSULA 21.^a (Contagem dos prazos)	15
CLÁUSULA 22.^a (Legislação aplicável)	15
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS	16
CLÁUSULA 23.^a (Especificação do serviço)	16



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

PARTE I - CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.^a (Objeto)

- 1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por **consulta prévia**, que tem por objeto principal a **aquisição de serviços promocionais e de divulgação em formato outdoor**;
- 2 - À presente prestação de serviços corresponde a categoria **79340000-9 Serviços de publicidade e marketing**, conforme o **Regulamento (CE) n.º 213/2008** da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e a **Diretiva** do Parlamento Europeu e do Conselho **2014/24/CE**, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece as regras aplicáveis aos procedimentos de contratação pública.

CLÁUSULA 2.^a (Contrato)

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª (Duração)

O contrato a celebrar entrará em vigor no dia seguinte à data da aposição da última assinatura da outorga de contrato e manter-se-á em vigor pelo período de **12 (doze) meses, ou até ser atingido o preço contratual, consoante o que ocorra primeiro**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

CLÁUSULA 4.ª (Principais obrigações do prestador de serviços)

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

- a) Prestar os serviços, nos termos e condições constantes da **cláusula 23.ª do presente caderno de encargos.**
- b) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- c) Comunicar antecipadamente ao Município de Alenquer, logo que tenha conhecimento de qualquer facto que torne, total ou parcialmente, impossível a prestação de serviços ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
- d) Manter sigilo e garantir confidencialidade.
- e) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- f) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços é ainda responsável pela qualidade técnica do serviço prestado, correndo por sua conta a reparação de danos e prejuízos causados pela sua falta.

Cláusula 5.ª (Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato)

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º nº 2 do CCP, o Prestador de Serviços obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública Unidade Técnica de Contratação Pública

2. O disposto no n.º 1 (no primeiro n.º 1) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do serviço.

CLÁUSULA 6.ª (Patentes, licenças e marcas registadas)

- 1 – São da responsabilidade do prestador de serviços quaisquer custos ou encargos decorrentes da incorporação no objeto contratual, ou da utilização no mesmo, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
- 2 – Caso o Município de Alenquer venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

CLÁUSULA 7.ª (Dever de informação)

- 1 – O prestador de serviços deve informar, de imediato, o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2 – O prestador de serviços deve avisar o Município de Alenquer de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos fortuitos ou de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento, ou o cumprimento tempestivo, de qualquer uma das suas obrigações.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

3 – O prestador de serviços deve ainda informar do tempo e da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato e, quando sejam possíveis, das diligências que realizou, ou realizará, para obviar a esse facto.

CLÁUSULA 8.^a (Objeto do dever de sigilo)

1 – O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações e documentação de que ele próprio, os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento e relacionadas com a atividade do Município de Alenquer.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excluem-se do dever de sigilo as informações e a documentação comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

CLÁUSULA 9.^a (Principais obrigações do município de Alenquer)

1 - Sem prejuízo de outras obrigações, previstas em legislação, da celebração do contrato decorrem para o Município de Alenquer a obrigação de conceção das artes finais e/ou maquete.

2 – O Município de Alenquer fica ainda obrigado nomear um gestor de contrato, o qual ficará responsável por centralizar todas as comunicações entre ambas as partes.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

CLÁUSULA 10.ª (Preço base)

- 1 - O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
- 2 - O preço base fixado para a presente prestação de serviços objeto do contrato é de **€ 49.450,00€ (quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta euros)**, acrescidos do IVA à taxa em vigor.

CLÁUSULA 11.ª (Preço contratual)

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer obriga-se a pagar ao prestador de serviços os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, em função dos serviços efetivamente prestados, até ao limite do preço contratual, que corresponderá a **€ 49.450,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

CLÁUSULA 12.ª (Condições de pagamento)

- 1 - As quantias devidas pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de **30 (trinta) dias** após a receção pelo Município de Alenquer das respetivas faturas ou documentos equivalentes, os quais só podem ser emitidos após o vencimento da obrigação respetiva.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

- 2 - Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;
- 3 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 13.ª (Sanções contratuais)

- 1 - Pelo incumprimento das obrigações contratuais decorrentes do presente contrato, o Município de Alenquer, pode aplicar uma sanção, de natureza pecuniária, no valor de 5% (cinco) do preço contratual, por cada uma das obrigações em atraso, sem prejuízo do direito de resolução do contrato.
- 2 - Os valores das sanções pecuniárias, previstas no número anterior, são deduzidas aos pagamentos devidos pelo Município de Alenquer, ao abrigo do contrato.
- 3 – Em caso de resolução do contrato, a título sancionatório, por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Alenquer pode exigir uma indemnização pelo dano excedente, nos termos do artigo 333.º do CCP.

CLÁUSULA 14.ª (Força maior)

- 1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública Unidade Técnica de Contratação Pública

de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 15.^a (Resolução do contrato)

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contrato cessa:

- a) Por impossibilidade definitiva por de uma das partes;
- b) Por caducidade, revogação ou resolução;
- c) Nos demais casos, legal ou contratualmente previstos, ou impostos pelos competentes organismos oficiais;
- d) Por impossibilidade objetiva permanente, não imputável a qualquer das partes, de fazer a prestação de serviços, podendo, neste caso, proceder-se à modificação do contrato, nos termos do artigo 311º do CCP;

2 – O direito à resolução do contrato poderá ser exercido por ambas as partes nos termos do presente caderno de encargos e do CCP.

3 – O Município de Alenquer pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, designadamente na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, e ainda, a título sancionatório, nos termos previstos nos artigos 333.º, 334.º e 335.º do CCP.

4 – O prestador de serviços tem direito de resolver o contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, incumprimento definitivo do contrato, por facto imputável ao Município de Alenquer e por incumprimento por este, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato.

5 – A fixação e o pagamento de indemnizações devidas ao prestador de serviços depende sempre de requerimento apresentado por este, na sua qualidade de interessado, acompanhando-o dos respetivos elementos justificativos, num prazo não superior a oito dias, a contar da verificação do fato que lhe deu origem.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

6 - O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada à contraparte e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

CLÁUSULA 16.^a (Caução)

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato.

CLÁUSULA 17.^a (Seguros)

1 - É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao fornecimento e entrega dos bens objeto do contrato.

2 - O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o cocontratante exibir a mesma no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 18.^a (Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa



MUNICÍPIO DE ALENQUER
Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 19.^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)

1 – Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o prestador de serviços pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.

2 - Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.

3 - O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do prestador de serviços no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4 - Em caso de incumprimento pelo prestador de serviços que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.

5 - A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

CLÁUSULA 20.^a (Comunicações e notificações)

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 - Relativamente às comunicações e notificações efetuadas entre as partes nos termos do número 1, reserva-se o direito à contraparte de aceitar ou não o conteúdo das mesmas.

CLÁUSULA 21.^a (Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 22.^a (Legislação aplicável)

Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislações específicas aplicáveis.



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 23.^a (Especificação do serviço)

1 – A prestação do serviço objeto do contrato a celebrar deverá ser realizada, nos seguintes termos e condições:

Pretende-se a divulgação das iniciativas de maior relevo nas estruturas municipais. O Município dispõe de 18 estruturas, o que não implica que sejam aplicadas todas as campanhas em todas as estruturas em simultâneo.

Prevê-se a impressão e aplicação de 10 campanhas, no entanto são quantidades estimadas podendo ser adequadas às necessidades e às imprevisibilidades naturais, para os formatos das 18 estruturas municipais (4*3m/ 6*3m/ 8*3m).

Impressão e aplicação de lonas, de acordo com as dimensões e quantidades requisitadas, nos locais a indicar pelo município de Alenquer (4*3/ 6*3/ 8*3)

- a) Produção de lona 4x3mt
- b) Aplicação de lona 4x3mt
- c) Produção de lonas de 6x3m
- d) Aplicação de lonas de 6x3m
- e) Produção de lonas 8x3m
- f) Aplicação de lonas de 8x3m



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação Pública
Unidade Técnica de Contratação Pública

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços é ainda responsável pela qualidade técnica do serviço prestado, correndo por sua conta a reparação de danos e prejuízos causados pela sua falta.